

Para além dos bens patrimonializados: a memória dos conjuntos habitacionais de Londrina e seus sentidos identitários (1967 a 1986)

Daniela Reis de MORAES*

Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar os nomes dos conjuntos habitacionais na cidade de Londrina, construídos sob a vigência do Banco Nacional de Habitação – BNH – (1967 até 1986), durante o período da Ditadura Militar no Brasil. A partir do referencial teórico de Ulpiano T. B. de Meneses, voltamos nosso olhar para a cidade como um lugar de análises das sociabilidades, um artefato construído a partir dos diferentes interesses. Além disso, nos cercamos do conceito de memória, sobretudo de Jacques Le Goff, para analisarmos os nomes dos conjuntos habitacionais e as personalidades homenageadas compreendendo a memória como elemento de disputas. Assim, com base no estudo da toponímia, investigamos o espaço urbano como campo de estudo acerca das memórias e das identidades, buscando revelar as formas com que a memória coletiva urbana se constitui, a partir dos jogos de interesses políticos, econômicos e ideológicos.

Palavras-chave: Memória. Espaço urbano e identidades.

For far beyond of the heritage goods: the memory of the housing complexes of Londrina and its senses of identity (1967-1986)

Abstract: This article aims to analyze the names of housing estates in the city of Londrina, especially those built under the National Housing Bank - BNH - (1967 to 1986), during the period of the Military Dictatorship in Brazil. From the theoretical reference of Ulpiano T. B. de Meneses, we turn our gaze to the city as a place of analyzes of sociability, an artifact constructed from different interests. In addition, we surrounded ourselves by the concept of memory, especially by Jacques Le Goff, to analyze the names of housing estates and honored personalities comprising memory as an element of disputes. Thus, based on the study of toponymy, we investigate the urban space as a field of study about memories and identities, seeking to reveal the ways in which urban collective memory is constituted, based on the political, economic and ideological interests.

Keywords: Memory. Urban space and identities

* Doutoranda – Departamento de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil. Avenida Colombo 5790 | Pr | Jardim Universitário| CEP 87.020-900 | Maringá – PR

Qual cidade: A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões?), dos donos do poder, de ontem e de hoje? Ou conforme a fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, planejadores e tecnocratas? Dos habitantes? Quais? Do homem da rua e daquele que com suas mãos a constrói, simples instrumento? (MENESES, Ulpiano T. B.).

O objetivo desse artigo é debater as relações que se constroem entre os sujeitos e o meio urbano em que esses vivem, sobretudo, analisar como a cidade pode ser compreendida como um campo de disputas pelas memórias e as identidades considerando como eixo condutor o conceito de “direito à cidade”, cunhado pelo sociólogo Henri Lefebvre e de memória de Jacques Le Goff. Assim, analisaremos os nomes atribuídos aos conjuntos habitacionais na cidade de Londrina desenvolvidos para a entrega de casas populares durante o período de vigência do Banco Nacional de Habitação (1967 a 1986), sob o regime da Ditadura Militar no Brasil. A partir dessa perspectiva, tomamos a toponímia como modo de percepção dessas disputas de apropriação da memória coletiva e identidades de grupos, no que toca o espaço urbano.

Henri Lefebvre ao cunhar o conceito de “direito à cidade”, acentua a existência de uma filosofia desse espaço. Desde a Antiguidade Clássica, o homem vem idealizando a urbes de modo a compreendê-la e dominá-la, seja nas reflexões de Platão, Aristóteles, onde a participação da urbe estava intrinsecamente ligada à lógica de cidadania. “A Ágora, lugar e símbolo de uma democracia limitada aos cidadãos e que exclui as mulheres, os escravos, os estrangeiros, continua a ser, para uma certa filosofia da cidade, o símbolo da sociedade urbana em geral.” (LEFEBVRE, 2010, p. 48).

Dessa maneira, a questão urbana agrega outros valores que não somente se limitam à ideia física do espaço cidade. Cabe ressaltar que, na lógica urbana circula a idealização do espaço de vivência dos sujeitos. Essas idealizações, por sua vez, atuam de forma imperiosa em suas ações e desejos. Durante o século XX, o discurso da razão se tornou carro chefe na idealização da cidade. A ordem urbana é colocada em relevo e a ideia da cidade como espaço da lógica toma força e abarca não apenas uma logística cidadina, mas uma lógica social, como destaca o autor:

A filosofia da cidade (ou preferencialmente, a ideologia urbana) nasceu como superestrutura de uma sociedade em cujas estruturas estava um certo tipo de cidade; essa filosofia, preciosa herança do passado, prolonga-se em especulações que frequentemente se disfarçam em ciência porque integram em si conhecimentos reais. (LEFEBVRE, 2010, p.48).

Sob essa ótica, voltamo-nos às questões colocadas por Meneses, destacadas na epígrafe desse artigo. Sobre qual cidade estamos falando? Quais as mãos que a constroem, sob quais aspectos ela determina seu sentido? Como os sujeitos fruem o espaço físico e social? Quais sujeitos? Essas indagações nos nortearão a buscar compreender como um projeto voltado aos mais pobres pode nos revelar poderes que forjaram um passado, um sentido e uma memória da vida urbana.

Dessa maneira, faz-se necessário o debate acerca da compreensão do que se entende por bairro. O bairro é mais do que uma escala urbana que compõe a cidade, dentro do aspecto espaço-geográfico. É no bairro que as pessoas se organizam, ocupam espaços físicos e intangíveis, se posicionam e fazem trocas de experiências. O bairro também determina limites e fronteiras, impera certas realidades de localização espacial e insere os sujeitos na ordem urbana. A partir das palavras do geógrafo Pierre George compreendemos que o bairro cumpre o papel de situar o cidadão na cidade, bem além do aspecto de seu endereço, mas de sua identidade social.

Etimologicamente, a noção de bairro perpassa por diversificações de sentido, conforme a interpretação sociocultural de cada país. A exemplo das diferentes formas de compreender e caracterizar um bairro, podemos tomar como exemplo a sua percepção em Portugal. Nesse caso, o bairro compreende um conjunto de freguesias, cada uma dessas compõem uma região político-administrativa, de amplitude maior do que se refere ao exemplo no Brasil. Dessa forma, a cidade de Lisboa está dividida em quatro extensos bairros: Lisboa Oriental, Lisboa Ocidental, Bairro Alto e Bairro Baixo, que abarcam 43 freguesias. A população se reconhece dentro da concepção das freguesias, enquanto os bairros cumprem a lógica administrativa burocrática de serviços da Câmara Administrativa de Lisboa. (BEZERRA, 2011, p. 24).

Na mesma esteira, há o *quartier* francês. Segundo o geógrafo Marcelo José Lopes de Souza, se configura em um conjunto de bairros que possuem um bojo social além de suas configurações primárias de localidade e formatação física. Por outro lado, há o *neighbourhood*, termo anglo-saxão para definir o conceito mormente primário de bairro, um quarteirão de prédios, ou mesmo uma composição concreta de moradias e suas configurações (SOUZA, 1989). Apesar do bairro parecer inicialmente um reduzido aspecto de escala geográfica e técnica dentro de uma ordem urbana, no texto “*Barrio e vida de barrio*” (1975), Henri Lefebvre compreende esse espaço a partir da morfologia social:

[...] a diferença mínima entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de

contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico. (LEFEBVRE, 1975, p. 200-201).

Dessa forma, para o autor, o bairro é reconhecido como um espaço de ordem, institucionalizado pelo Estado, segmento de uma composição urbana e técnica, mas também, é compreendido como espaço de socializações, de representações dos sujeitos, que “traduzem”, suas vivências e memórias.

Compreendemos aqui que o bairro é um espaço que carrega as experiências e memórias de seus habitantes. Dessa maneira, apesar de não se tratar de um elemento edificado enquanto patrimônio, ou mesmo, revestido pela aura de tombamento no que confere o caráter histórico, o bairro está inserido na concepção latente da memória e no âmbito do cotidiano e da circulação dos cidadãos.

Para o historiador Jan Jacques Le Goff, “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 1990, p.477). A memória é tomada como um instrumento de construção da identidade coletiva e ao mesmo tempo está cercada pelo caráter de instrumento de poder, pois, a sua concepção parte de interesses entre os grupos que buscam se firmar no discurso oficial do passado. Sob essa perspectiva, analisaremos a seguir a conjuntura nacional de construção dos conjuntos habitacionais sob a administração do BNH, no período da Ditadura Militar.

1 Banco Nacional de Habitação: a assepsia da pobreza e a legitimação do Estado.

O Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foram criados pelo decreto Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, sob a regência da Ditadura Militar. O objetivo do programa era de construir casas próprias para aquisição de famílias de baixo poder aquisitivo. Segundo o sociólogo Gabriel Bolaffi, as fontes de recursos de capital eram basicamente duas, a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), o que correspondia ao conjunto de recolhimento de letras imobiliárias e das cadernetas de poupança; a outra fonte foi capitalizada em 1967 e era oriunda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerado a partir do fundo compulsório dos trabalhadores formais da economia do país. (BOLAFFI, 1977, p.48).]

Os objetivos do BNH foram sempre ressaltados como uma política de governo voltada para o beneficiamento das camadas populares de baixa renda, que ainda não

havam adquirido sua casa própria. Nos relatórios expostos pelo Banco, as principais definições eram:

1. Coordenação da política habitacional e do financiamento para saneamento;
2. Difusão da propriedade residencial, especialmente entre as classes menos favorecidas;
3. Melhoria do padrão habitacional e do ambiente, bem como eliminação de favelas;
4. Redução do preço de habitação pelo aumento da oferta, da economia de escala na produção, do aumento da produtividade nas indústrias da construção civil e redução de intermediários;
5. Melhoria sanitária da população;
6. Redistribuição regional dos investimentos;
7. Estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento;
8. Aumento da eficiência da aplicação dos recursos estaduais e municipais;
9. Aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, matéria de construção e de bens de consumo durável, inicialmente de forma acentuada – até o atendimento da demanda reprimida – e de forma atenuada, mas permanente, para o atendimento das demandas vegetativas e de reposição;
10. Aumento da oferta de emprego permitindo absorver mão-de-obra não especializada;
11. Criação de polos de investimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais. (BOLAFFI, 1977, p. 49).

A partir do exposto, podemos observar que o BNH enfatizava a construção de casas populares como objetivo de sanar um “mal” que assombrava a sociedade brasileira, ou seja, a falta de habitação. Além disso, a construção civil, de casas populares abarcava as demandas de circulação de capital e geração de empregos. O que se apresentava como uma “solução” para a situação econômica de altas inflacionária do país, na época.

É relevante a reflexão acerca da gerência do SFH, pois esse órgão atuava a partir de dois subsistemas, o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo); já os recursos das cadernetas de poupança e dos demais títulos imobiliários eram recolhidos pelas associações responsáveis pelas poupanças e empréstimos. Esse capital era direcionado às empreiteiras que apresentavam projetos de edificações tanto de conjuntos habitacionais horizontais quanto verticais; essas construtoras, por sua vez, cuidavam de encontrar o terreno, gerir a planta e repassar a venda dos imóveis aos mutuários. Por sua vez, os maiores beneficiados eram os donos de empreiteiras que lucravam largamente com o negócio da casa própria.

A função do BNH não se limitava à articulação financeira. Segundo a geógrafa Andréia Rodrigues dos Santos Beidack, o banco tinha a incumbência de promover a distribuição das verbas de acordo com as maiores necessidades no país, ficando,

sobretudo, na erradicação das favelas. Outra ação gerenciada pelo BNH era o de fomentar a dinâmica de investimentos na indústria de construção civil. A ideia era de junto com a edificação das casas populares, o Estado auxiliaria na promoção e incentivo dos municípios a consumirem os materiais de construção da própria região, dinamizando assim a economia a partir dos setores envolvidos na área de habitação.

Nesse contexto, surge a Companhia de Habitação (COHAB), empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais. Assim, essas companhias obtinham as verbas do BNH mediante a apresentação de projetos que deveriam ser revisados e habilitados pelo Banco e dessa forma aprovados para construção. O BNH também atuava como órgão de fiscalização desses empreendimentos de acordo com o objetivo de garantir que as habitações fossem destinadas às camadas pobres de cada município. A responsabilidade dessa fiscalização era auxiliada pelos órgãos estaduais e municipais de cada região.

Nessa tela, o BNH procurou articular uma gestão que enfatizasse o discurso das habitações sociais. Sobre essa questão, o governo vigente traçou uma fala que tratava a habitação como um grave problema a ser combatido pelo Estado. Esse por sua vez, investiu no propósito de sanar as carências de moradias e ao mesmo tempo focou nessa área a solução dos problemas urbanos brasileiros. Na fala da primeira presidente do BNH, Sandra Cavalcante:

A Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas. (MENDONÇA, 1990, p. 98).

A dinâmica do BNH se limitou em gerenciar a capitalização de verbas para aplicação na construção civil, sobretudo em moradias populares. Entretanto, após a arrecadação, o BNH repassava a responsabilidade das construções às Companhias de Habitação (Cohabs), essas por sua vez precisavam seguir todo protocolo estabelecido pelo BNH. Para efetivar as construções de casas, as Cohabs “[...] só podiam se qualificar para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, se a elaboração dos referidos planos fosse confiada a empresas privadas.” Assim, todo o processo de construção de habitações foi alocado nas mãos de construtoras particulares que geriam a formação dos conjuntos habitacionais, ou seja, a construção de casas populares se transformou em um rentável negócio de lucratividade privada. (BOLAFFI, 1979, p.52).

Dessa maneira, a habitação passou a tomar lugar de destaque na realidade governamental durante o período da ditadura militar, assim como outras frentes, tais como a

educação e a cultura. A moradia foi apropriada pelo governo como ferramenta de dominação ideológica. A atmosfera de que o então governo sanaria os problemas de moradias acabou por criar uma sensação de “bem-estar social” no país. A casa própria, no período da ditadura militar recebeu um status de “liberdade”, “autonomia” e “segurança”. A casa enquanto elemento simbólico, esclarece a visão da casa representada pelo Banco Nacional de Habitação e a ideologia propagada de legitimação, pelo governo militar.

2 Os conjuntos habitacionais em Londrina: a casa popular sob a lógica do mercado privado.

Antes de adentrarmos no processo de construção dos conjuntos habitacionais em Londrina, é importante que compreendamos a sua conjuntura. As décadas de 1960 e 1970 foram representativas em relação às mudanças conjunturais econômicas paranaense e conseqüentemente do município. Com investimentos voltados à industrialização do estado, o mercado do café, ressaltado como protagonista de áureos tempos¹ do progresso paranaense, bem como em Londrina, perdia fôlego nessa cultura em específico².

Nesse momento, Londrina passou por alterações na sua dinâmica socioeconômica, passando de “polo agrícola” para atividades do setor terciário, sobretudo, o comércio e prestação de serviço. Tais fatores se fortaleceram ao ponto de expandir a urbanização do município e sobrepor novas exigências a partir das então transformações conjunturais.

Essas mudanças conjunturais seguiram um alinhamento das transformações no quadro nacional. Segundo Thaís Troncon Rosa (2008), o crescimento urbano vertiginoso no Brasil ocorreu a partir de 1960 e assim, como as demais cidades do país, Londrina atravessava a realidade de crescimento em sua população urbana. Esclarece Vitor Hugo Teixeira Martins que esse fenômeno acompanhava as transformações agrárias ocorridas no campo durante as décadas de 1960 e 1970, “Destacando-se as mudanças da cultura do café [...], provocando a expulsão da população rural para as cidades [...]”. (MARTINS, 2007, P.17). Diante dessa conjuntura agrícola o meio urbano absorveu essa demanda populacional que buscava na cidade oportunidades de emprego e renda, que havia sido cerceada no meio rural. O que não foi diferente em Londrina, como podemos observar na tabela abaixo:

Ano	Urbana		Rural	
	Número	%	Número	%
1940	1.175	36,90	19.103	63,09
1950	34.230	47,93	37.182	52,07
1960	77.382	57,40	57.439	42,60
1970	163.528	71,69	64.573	28,31
1980	266.940	88,48	34.771	11,52

Tabela 1: População rural e urbana de Londrina entre 1940 a 1980.

Fonte: Próprio autor, a partir dos dados do IBGE, 2016.

Segundo, o geógrafo, Victor Ugo Teixeira Martins, os primeiros conjuntos habitacionais construídos pelo financiamento do BNH, em Londrina, foram destinados às ações de erradicar as favelas do município, sobretudo, durante o mandato do então prefeito Dalton Fonseca Paranaguá. No entanto, os primeiros conjuntos possuíam ainda uma tímida quantidade de unidades habitacionais, frente à demanda da cidade de Londrina. Mesmo que tais construções tenham afetado de modo significativo às famílias beneficiadas, bem como, tenham atuado, inicialmente à camada de escopo pelas propagandas do BNH, ainda assim, os conjuntos habitacionais durante toda a fase de empreendimento do Banco, foram insuficientes diante do propósito social de desfavelamento do município. Abaixo, segue a tabela demonstrativa dos conjuntos destinados ao deslocamento de favelas para os bairros financiados pelo BNH e articulados pela Cohab de Londrina:

Nome dos Conjuntos Habitacionais	Ano	Unidades	Unidades destinadas ao desfavelamento	Localização
Barra Vento	1971	34	34	Leste
Pindorama I	1972	116	116	Leste
Pindorama II	1976	53	53	Leste
Novo Amparo	1980	369	369	Norte
Santiago I e II	1988	38	38	Oeste

Tabela 2: Conjuntos habitacionais destinado à desfavelização.

Fonte: Próprio autor, 2016.

No entanto, outros conjuntos habitacionais entregues pelo BNH na cidade, possuem outra realidade. Apesar do discurso social acerca da “falta de moradias”, endossar fortemente uma das justificativas da intervenção dos militares no governo brasileiro, os conjuntos habitacionais em Londrina demonstram que a construção de casas populares

embasou uma lógica de mercado de favorecimento das construtoras privadas. Abaixo, segue a tabela dos bairros com maior número de unidades entregues.

Conjuntos habitacionais	Região	Unidades	Data de entrega.
C.H Annibal de Siqueira Cabral	Sul	660	1981
C.H Avelino Antônio Vieira	oeste	600	1981
C.H Engenheiro Aquiles Stenghel	norte	1000	1980
C.H Engenheiro João Paz	norte	814	1980
C.H Engenheiro Luiz de Sá	norte	1000	1980
C.H Engenheiro Milton Gavetti	norte	740	1980
C.H Ernani Moura Limma I	norte	610	1981
C.H Jacomo Violin	norte	1536	1983
C.H Maria Cecília Serrano de Oliveira	norte	1978	1983
C. H. Mister Arthur Thomas	leste	600	1981
C. H. Oscavo Gomes dos Santos	Sul	720	1983
C. H. Parigot de Souza I & II	norte	1170	1979
C. H. São Lourenço	Sul	687	1979
C. H. Semiramis De Barros Braga	norte	871	1980
C. H. Vivi Xavier	norte	1000	1980

Tabela 3: Conjuntos habitacionais com maiores números de casas construídas.
Fonte: Próprio autor, a partir dos dados da COHAB LDA, 2016.

Foram mais de 56 conjuntos habitacionais construídos, em sua maioria, sob execução de empreiteiras privadas que lucraram largamente com o **negócio da casa própria popular (grifo nosso)**. É importante observar, a relação das gestões do executivo municipal com o número de construções de casas populares, sobretudo, porque, os conjuntos habitacionais com maior número de unidades foram entregues a partir de 1979 durante as gestões do ex-prefeito Belinati. A partir do exposto, podemos compreender como a construção de casas populares foi apropriada por Belinati, como forma de ascender e estreitar sua imagem junto às camadas mais pobres do município.

O geógrafo, Victor Hugo Teixeira Martins, ao analisar as construções dos conjuntos habitacionais em Londrina, comparou as gestões dos prefeitos municipais, em relação ao número de casas populares. Desse modo, foi possível perceber a exorbitante diferença entre quantidades de habitações durante as gestões do executivo municipal.

Na gestão de Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973), foram construídas 1.069 casas, fase de início da atuação da Cohab em parceria com o BNH. Já na gestão de José Richa (1973-1977), foram 386 habitações, número relativamente menor se comparado à gestão anterior. No primeiro mandato de Antônio Casemiro Belinati (1977-1982), foram

assentadas 17.464 unidades, alocadas em 26 conjuntos de moradias populares, fase de maior atuação e construção de conjuntos habitacionais em Londrina e região metropolitana. Nessa época foram construídos os conjuntos na zona norte, os maiores (em unidades) da cidade³. Martins, chama atenção para o fato dessa magnitude quantitativa de casas construídas, no primeiro mandato de Belinati. É justamente nesse período que o país enfrentava a fase mais intensa de crise financeira e período que o BNH desacelerou seus investimentos. Entretanto, em Londrina a construção de casas populares continuou, pois, “[...] no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 junto ao SFH/BNH foram construídos já que as verbas estavam alocadas e devidamente destinadas [...]”. (MARTINS, 2007, p.93). Na rápida gestão, substitutiva do vice-prefeito de Antônio Belinati, José Antônio Del Ciel (1982-1983), não houve construções de casas, apenas o cumprimento dos contratos com as construtoras e fechamento de atividades. No mandato de Wilson Rodrigues Moreira (1983-1988) foram construídas 2.864, entretanto, Martins destaca que nesse período houve o rompimento da Cohab de Londrina com os financiamentos do BNH, já que esse havia se desmantelado em 1986. Assim, as construções de casas próprias passaram para os encargos da Caixa Econômica Federal (CEF)⁴.

Nesse sentido, em uma análise quantitativa, não se pode negar que a cidade de Londrina passou por oscilações numéricas no que toca às construções de casas próprias e as gestões de prefeitos. Se seguirmos essa linha Antônio Casemiro Belinati se destacou dos demais prefeitos, no âmbito de habitações.

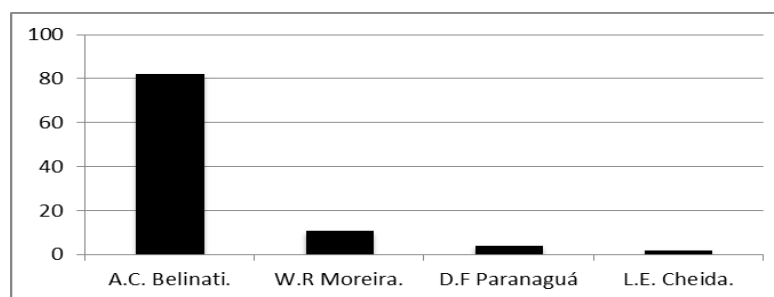


Tabela 4: Casas construídas por gestão

Fonte: Próprio autor, a partir dos dados da COHAB LDA, 2016.

Segundo Carina Pacola, o ex-prefeito Antônio Casemiro Belinati, procurou engendrar sua carreira política balizada em um discurso voltado às camadas mais pobres da cidade. Na campanha de 1972, para prefeito, fez questão de enfatizar ser o candidato mais pobre nas disputas para o cargo de prefeito de Londrina, de acordo com Paccola: “No dia da eleição de 1972, o comitê pró - Belinati publicou, no jornal Folha de Londrina, uma matéria

paga com algumas frases de efeito: ‘Belinati é a luta do tostão contra o bilião [sic] do chefão’ e ‘Chega a hora e a vez do povo: é Belinati’.” (PACCOLA, 1999. p.21).

A geógrafa Claudia Lima Esteves, ao analisar o processo de produção do espaço urbano de Londrina, entrevistou o ex-prefeito Belinati, durante seu mandato, (1989-1992). Ao perguntar sobre suas ações, em relação à construção dos conjuntos habitacionais, a autora o questiona, por que as casas populares receberam maior atenção diante das suas ações enquanto gestor municipal. Abaixo, segue a resposta de Belinati:

É difícil destacar uma prioridade, eram várias. Londrina tinha 1.134 casas populares feitas por todos os outros prefeitos juntos, não tinha nenhum posto de saúde na área municipal, nós tínhamos um desafio, que era tirar também a ferrovia do centro, havia alguns vales a serem saneados, mas acredito que moradia, já de há muitos anos é a prioridade de grande importância no Brasil. (ALVES, 1991, p.91).

Embora a fala de Belinati esteja inserida em um contexto após a recente abertura política, o lugar de seu discurso está estreitamente atrelado à lógica do Banco Nacional de Habitação, onde a moradia popular era vista como uma das “tábuas de salvação” à economia brasileira. Na obra “Brasil: uma biografia”, as autoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, trazem à luz o período da “linha dura”, da política na Ditadura Militar, durante os governos de Castelo Branco, Costa e Silva a Emílio G. Médici, sobretudo com a implementação do AI-2 e AI-5. Como já ressaltado, anteriormente, o período de construção dos maiores conjuntos habitacionais, em Londrina, ocorreu durante a fase onde a inflação estava mais acentuada no país. O “milagre econômico” já não correspondia às propostas, mas ainda tinha força para convencer à população de que o então governo gerido por militares, era a melhor solução. Schwarcz e Starling chamam atenção:

Enquanto durou, o “milagre econômico” escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial entre as classes médias urbanas, se beneficiou com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir num mercado abarrotado de novidades: TV em cores, toca-fitas, câmera Super-8, automóveis – Corcel, Opala, Galaxie, Chevette. Para completar a felicidade do brasileiro, ainda existia a possibilidade de o assalariado finalmente “dar o salto da casa própria” e comprar o imóvel financiado pelo recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH). O “milagre econômico” teve seu apogeu entre 1970 e 1972, e o êxito na economia ajuda a entender, ao menos em parte, porque o general Médici conseguiu ser, ao mesmo tempo, o responsável por comandar o pior período de repressão e violência política na história brasileira um presidente popular, pouco criticado e muito aplaudido. O grau de controle coercitivo sobre a sociedade que a ditadura adquiriu durante a sua presidência foi imenso, mas por si só não garantia apoio. Todo governo, para se sustentar, depende de alguma forma de adesão, e o “milagre

econômico” ajudou a fabricar uma base geradora de consentimento junto à população. (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.453,454).

À sombra do “milagre econômico”, da facilidade de créditos para aquisição de moradias, Belinati edificou sua imagem e poder político, de modo a sustentar sua carreira tanto na Câmara de Deputados, quando no executivo de Londrina. Dessa maneira, buscamos analisar, a seguir, como os conjuntos habitacionais, em Londrina, passaram a responder aos interesses, não daqueles que necessitavam de moradias, mas às barganhas políticas, como moeda de troca.

3 Memória em jogo: os nomes dos conjuntos habitacionais e a barganha política.

Analisar os nomes dos conjuntos habitacionais na cidade de Londrina, nos permite compreender a História e a relação que o espaço urbano estabelece com a memória. Dessa maneira, buscamos estudar, por meio, das nomeações dos conjuntos habitacionais, as representações impressas em um espaço destinado à camada menos favorecida da cidade, bem como as dinâmicas estabelecidas dentro das ações na Ditadura Militar, no Brasil.

Como já mencionado anteriormente, os conjuntos habitacionais, em Londrina, foram desenvolvidos a partir da gestão do Banco Nacional de Habitação, sob a lógica da Ditadura Militar. Além disso, compreendemos até esse ponto, que a construção de casas populares foi um importante estandarte para a legitimação do governo militar, largamente trabalhada por meio da fala oriunda do BNH, bem como internalizada e apropriada pelos poderes locais, como por exemplo, na fala do prefeito Antônio Casemiro Belinati.

A cidade é composta por diversos espaço de memória, seja por meio dos monumentos, praças, ruas, entre outros elementos que carregam em si, a impressão do passado. Assim, devemos compreender tais elementos urbanos como fontes históricas, ou seja, fontes urbanas, essas, por sua vez, nos trazem informações profícuas para a compreensão da lógica social do espaço urbano. Dessa maneira, a “[...] cidade fala eloquentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade através dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço [...]”. (BARROS, 2012, p. 40).

Segundo Françoise Choay, o modo mais evidente de tratar a memória no espaço urbano, se explicita por meio dos monumentos. Em “A alegoria do patrimônio”, a historiadora apresenta uma análise acerca dos conceitos: monumento e monumento histórico. Por, monumento, Choay atribui às construções *a priori*, ou seja, os elementos criados ainda no

furor de memórias latentes, é uma homenagem materializada em forma de monumento, como por exemplo, o Arco do Triunfo, em Paris; o obelisco, Buenos Aires; bem como o *9/11 Memorial*, em Nova Iorque. No entanto, o monumento histórico é calcado sob a dinâmica *a posteriori*, são construções que passaram a incutir uma importância dentro do espaço da memória de grupos. Para Choay, o monumento histórico é uma invenção ocidental, investido de relevância histórica, de exuberância arquitetônica. Castelos medievais da Europa, as igrejas Barrocas em Ouro Preto, no Brasil, são construções criadas com determinados objetivos, mas que posteriormente passaram a carregar concepções do passado, incutidas como representações de uma determinada época.

No entanto, apesar dos debates acerca da memória/história inseridas no espaço urbano, há outros elementos que, apesar de não estarem investidos sob a aura de monumentos, também carregam o discurso do passado, cunhado por grupos e inseridos no discurso e falas daqueles que imprimiram sua visão e poder sob a memória. Sob esse aspecto, que a urbanista Raquel Rolnik traz à luz a arquitetura urbana sob análise:

A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continentes de experiências humanas, a cidade também é um registro, uma escrita, materialização de sua própria história. (ROLNIK, 1988, p.9).

Nesse sentido, tomaremos como objeto de análise os nomes dos conjuntos habitacionais em Londrina, como forma de analisar as apropriações da memória, dentro da perspectiva da toponímia⁵. Segundo Bruno Sanches Mariante da Silva (2013), as documentações e registros das nomeações dos logradouros públicos datam a partir da Lei nº 133/51, no entanto apesar dos batismos de logradouros serem regulamentados a partir do ano de 1951, há registros de nomeações de ruas entre outros logradouros 19 anos antes, todos estes foram efetivados via decreto.

A lei de regulamentação de nomes a logradouros faz parte do planejamento urbano de Londrina, implementado sob a gestão do então prefeito Hugo Cabral, que, na época, contratou o engenheiro Francisco Prestes Maia para desenvolver um plano urbanístico em Londrina, com o objetivo de modernizar a cidade. É interessante destacar, que o então engenheiro havia ocupado o cargo de prefeito de São Paulo e trouxe, junto à ideia de planejamento para Londrina, suas concepções modernistas executadas na urbe paulista. De acordo com Silva:

A ideia era que Londrina continuasse crescendo, porém ordenadamente. Com a criação da lei, a prefeitura interveio na organização social do espaço

urbano, pois é por meio da atuação do poder municipal que as condições para expansão da cidade seriam estabelecidas. Essa lei esteve em vigor, regulamentando o espaço urbano londrinense, por 47 anos, tendo sido revogada em 30 de dezembro de 1998 pela lei nº 7.631. (SILVA, 2013, p. 59).

Sob o exposto, Londrina passou a responder ao sistema racional do espaço urbano, sob à perspectiva modernista, buscando racionalizar a prática urbana. As nomeações de logradouros, sobretudo, ruas, passaram a responder uma lógica priorizando regras e convenções de acordo com a Lei. No que toca à regulamentação dos nomes de ruas/logradouros, referindo-se também aos nomes de bairros, Silva destaca em sua análise o artigo 146º prescrito na Lei nº 133/51, que determina a nomeação dos logradouros urbanos em Londrina:

Art.146º - Cabe aos poderes municipais conferir às ruas e logradouros os nomes definitivos.

§ 1º - A nomenclatura oficial obedecerá às seguintes normas:

- a) – não haverá na cidade nomes em duplicata;
- b) – terão preferências nomes de significação cívica cultural, e os evocativos locais; (grifo nosso).**
- c) – são vedados nomes de personalidades vivas e o de falecidas há pelo menos de 5 (cinco) anos da data proposta;
- d) – são vedadas as designações de pura lembrança ou homenagem pessoal, despida de significação cívica;
- e) – os nomes da mesma zona serão de preferência correlatos ou seriados, pela significação ou pela forma. Excluindo as artérias e logradouros principais;
- f)– é vedada a mudança de nome já oficializado, salvo casos excepcionalíssimos, de inconveniência ou duplicata;
- g) – as artérias fisicamente unas e contínuas manterão o mesmo nome, salvo mudança considerável de direção, largura ou características;
- h) – as ruas conservam o nome e a numeração embora atravessem ou contornem praças;
- i)– as ruas contornantes de praças terão nome e numeração própria. Consideram-se “praças” somente os espaços interiores às ruas envolventes, pelo que não dão, em regra, lugar a numeração própria. (SILVA, 2013, p. 60,61).

Londrina passou a responder ao decreto de 1951 até 1998, ou seja, durante 47 anos a cidade respondeu às regras determinadas por uma lei voltada para a ordem urbana. No entanto, ao nos voltarmos para os nomes dos conjuntos habitacionais, construídos durante o período da Ditadura Militar, sobretudo, sob a gestão do Banco Nacional de Habitação,

percebemos algumas questões que não correspondem às regras estabelecidas na Lei nº133/51.

Para a construção de nossa análise, buscamos informações no site da Prefeitura Municipal de Londrina (PML)⁶, onde há uma sessão própria dos conjuntos habitacionais. O site disponibiliza uma lista dos conjuntos, data de construção e entrega, número de unidades construídas, breve biografia das personalidades homenageadas, além de indicar a construtora responsável pela obra.

A partir do levantamento dos conjuntos habitacionais, construídos de 1970 a 1986, período de construção sob a gestão do BNH, em Londrina, notamos que algumas personalidades foram homenageadas, fugindo das normativas colocadas pelo artigo responsável pelos nomes dos logradouros na cidade. Abaixo, podemos observar os eixos de nomes homenageados:

Engenheiros e personalidades ligadas ao BNH.	Personalidades ligadas à política local.	Personalidades locais, não ligadas à política Londrina.	Nomes sacros, lugares ou ligados à natureza.
<ul style="list-style-type: none"> •C.H Almirante Nubar Boghossian. •C.H Engenheiro Aquiles Stenghel. •C.H Engenheiro João Paz. •C.H Engenheiro Luiz de Sá. •C.H Engenheiro Milton Gavetti. •C.H Ernani Moura Lima. •C.H Maria Cecília Serrano. 	<ul style="list-style-type: none"> •C.H Mister Athur Thomas •C.H Parigot de Souza. •C.H Semíramis de Barros Braga. 	<ul style="list-style-type: none"> •C.H Manoel Gonçalves • C.H Jacomo Violin. 	<ul style="list-style-type: none"> •C.H Charrua. •C.H Barravento. •C.H Das Flores. •C.H Garça Real. •C.H Gávea. •C.H Morumby •C.H Santa Luzia. •C.H São José •C.H São Lourenço •C.H São Pedro. •C.H Três Marcos. •C.H Vitória Régia

Tabela 5: Nomes homenageados, por eixo.

Fonte: Próprio autor, a partir dos dados da COHAB LDA, 2016.

Ao pesquisarmos a biografia dos homenageados e homenageadas descobrimos que não houve atividades dos mesmos em Londrina, a maioria viveu no estado do Rio de Janeiro, sede do BNH e atuou de forma burocrática e indireta para com os processos de construção dos bairros. A exemplo da força do BNH na toponímia dos conjuntos habitacionais, em Londrina, podemos destacar a figura de Maria Cecília Serrano. Sua homenagem ocorreu pelo fato de ser filha de José Lopes de Oliveira, então presidente do BNH. Na ocasião a jovem teve seu nome impresso no conjunto habitacional, pois aos 17 anos havia falecido em decorrência de um câncer.

Em relação ao destaque às nomeações voltadas à categoria de engenheiros, os dados apresentados evidenciam a lógica tecnocrata vigente na Ditadura Militar. É importante ressaltar, que a partir 1964 o governo brasileiro adotou uma configuração de organização de seus ministérios, voltados para um modelo de educação, onde era colocado em relevo o conteúdo técnico, acima do intelectual. O economista Eugênio Gudín, alinhado ao governo, em seu capítulo “Intelectuais ou homens do Estado?”, traz luz à ideia acerca da visão entre o saber técnico e o saber intelectual, segundo sua análise:

[...] o técnico [...] há de ser um especialista no assunto da pasta que é chamado a dirigir (economista para a Fazenda, engenheiro para Transportes ou para Energia, eletrônico para Telecomunicações etc.), o gênero intelectual abrange várias espécies. Ninguém negaria por exemplo aos membros da Academia Brasileira de Letras o diploma de intelectuais, mas também ninguém, em seu juízo perfeito, lhes entregaria postos de governo, salvo honrosíssimas exceções. (GUDÍN, 1978, p. 145).

Personalidades ligadas à política local, como por exemplo, Mister Arthur Thomas, fundador da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), loteadora de terras ligada à fundação da cidade, bem como o Professor Parigot de Souza, que além de ter atuado na Universidade Federal do Paraná, exerceu vários cargos públicos no estado, entre os quais o de Presidente da Copel e Governador do Paraná no período de 1971 ao início de 1973, foram nomes ligados ao poder público. Já Semíramis de Barros Braga, foi mãe do ex-governador do estado do Paraná, Ney Braga. Ou seja, mais uma vez a homenagem perpassa pela ligação de uma figura masculina e pública, do então ex-governador.

As homenagens ligadas às personalidades que viveram em Londrina ficaram ao cargo do proprietário das fazendas de café, Jácomo Violim, onde os maiores conjuntos habitacionais foram construídos, localizados na porção norte da cidade; e Manoel Gonçalves, migrante do interior de São Paulo, em 1933, onde construiu uma vida ligada a variados tipos de pequenos e médios comércios.

Outro ponto que merece atenção, são os nomes de outros conjuntos habitacionais que não possuem a biografia declarada pelo site da PML, como por exemplo o C.H Tito Leal, C.H Annibal Cabral, C.H Guilherme Pires, C.H Hilda Mandarino e C.H Oscavo dos Santos. Mesmo pesquisando na Cohab Lda, na Assessoria de imprensa da Câmara Municipal de Londrina, Biblioteca Pública de Londrina, não há registros sobre tais homenageados, o que nos leva a refletir sobre tal questão.

Dentro do estudo da memória, o silêncio é um importante campo de análise, o não dito, o “vazio”, pode nos revelar importantes forças de intenções acerca dos sujeitos, no passado. No caso de Londrina, o que nos instiga é o fato da cidade possuir uma Lei, desde

1951, que abarcava ampla organização para as nomeações de ruas, como fora mencionado. Ao investigarmos as nomeações dos conjuntos habitacionais durante a gestão do BNH, no município, não encontramos leis referentes às tais nomeações. Ao contrário, todos os conjuntos habitacionais foram nomeados mediante decreto.

Dessa maneira, o que se pode constatar é que durante o período de construção dos conjuntos habitacionais, não houve cumprimento da Lei nº133/51, sendo essa colocada em suspenso. No entanto, nomes de funcionários e pessoas ligadas ao BNH, imprimiram largamente sua marca na memória espacial de Londrina, a partir das homenagens nos nomes dos conjuntos habitacionais. Essas pessoas, em sua totalidade, não nasceram, ou viveram no município. O que notamos é apenas uma relação de troca, uma barganha de interesses entre a política nacional e local.

Chama atenção que em 25 de abril de 1979 o jornal *Folha de Londrina* publicou como matéria de capa as negociações e repasses de verbas para construção de novas casas populares e investimento na estruturação urbana, entre os prefeitos do estado do Paraná e o governador. A solenidade ocorreu em Curitiba, capital do estado, e contou com a presença do então presidente do BNH José Lopes de Oliveira, o governador do estado, Ney Aminthas de Barros Braga (ARENA)⁷, além dos prefeitos dos municípios beneficiados, inclusive, Antônio Casemiro Belinati (MDB). O então prefeito de Londrina aparece trocando documentos junto ao governador Ney A. Barros Braga. O jornal destacou a fala do presidente do BNH, reforçando o discurso social do Banco e do governo, ao mesmo tempo, enfatizando outros planos estruturais urbano, como o projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – CURA⁸.

Na mesma matéria, quanto aos repasses do BNH aos municípios, Londrina aparece com uma quantia disparada acima das demais cidades paranaenses, se destacando no recebimento de verbas para as construções relacionadas às implantações urbanas. Para ter uma breve ideia foram repassados à Londrina - em moedas da época - Cr\$ 244.296.689, enquanto à Maringá Cr\$ 78.109.066, ou seja, um pouco mais que o triplo foi destinado ao cofre municipal londrinense, colocando o município em uma posição de considerável destaque em relação às verbas federais e estaduais na cidade.

Não obstante, o conjunto habitacional com maior número de casas populares – construído em 1978 – recebeu o nome de Maria Cecília Serrano de Oliveira, homenagem à falecida filha do presidente do BNH, assim como o conjunto habitacional Semíramis de Barros Braga – construído em 1980 – que levou o nome da mãe do então governador do Paraná, (entre os anos de 1979 a 1982), Ney de Aminthas de Barros Braga.

Outro aspecto que nos chamou atenção, foi a nomeação da principal avenida que corta toda a região norte de Londrina, Avenida Saul Elkind, composta pelos conjuntos

habitacionais. Popularmente batizada como Cinco Conjuntos, o lugar conta em média com 22 bairros, construídos na gestão do BNH. Com 16,5 km de extensão, a avenida foi implantada na região, seguindo modelos de cidades médias, como Maringá, Umuarama e Cianorte. “A Avenida Saul Elkind, acaba por organizar o fluxo de veículos, principalmente dos conjuntos e loteamentos localizados ao norte da via. Não é exagero dizer que todos os caminhos acabam levando à Avenida Saul Elkind.” (BOTTI, 2013, p.35). A nomeação do logradouro se deu na mesma esfera que os demais conjuntos habitacionais na cidade. Não havia exigência de uma biografia e assim, como os demais conjuntos habitacionais, a Avenida Saul Elkind foi batizada via decreto. Abaixo, podemos observar o espaço ocupado pelo logradouro:



Figura 1: Extensão da Avenida Saul Elkind

Fonte: BOTTI, 2013, p. 34.

Ao contrário do eixo dos nomes homenageados pelo BNH, Saul Elkind, não esteve ligado ao Banco, ou mesmo ocupou qualquer cargo no governo. Sua trajetória é de um imigrante, oriundo da Ucrânia e que faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1975. No entanto, David Elkind, então diretor do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem e responsável por projetar e executar as obras urbanas no entorno da Rodoviária de Londrina José Garcia Villar, recebeu a proposta do ex-prefeito Belinati de dar seu nome à principal via dos conjuntos habitacionais da zona norte. David, na época, sugeriu homenagear o pai, falecido, anos antes e por meio do decreto nº035/81 e assim, foi batizada a Avenida Saul Elkind⁹.

Percebemos que o estudo dos nomes dos conjuntos habitacionais se faz necessário, no que se refere à construção e manutenção da memória coletiva, bem como à formação do imaginário social de um espaço.

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva [sic] pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. (BACZKO, 1985, p.299).

Dessa maneira, as homenagens aos nomes relacionados ao BNH exercem uma função de domínio da identidade e memória de grupos. Podemos constatar a execução do discurso nacional, fortemente inserido, nas ações do poder local. Sendo assim, as nomeações dos conjuntos habitacionais podem ser interpretadas como elementos de barganha política, uma forma da política local se legitimar diante do poder nacional. Nessas trocas, a memória dos moradores dos conjuntos habitacionais é colocada à margem, não apenas do espaço físico, mas do direito à memória. Trabalhadores, moradores ou mesmo projetores das diversas frentes locais que atuaram diretamente na construção de tais conjuntos, foram apagados.

Ainda hoje, os conjuntos habitacionais carregam o nome daqueles que nunca pisaram nos bairros, não os fruem, não trocam suas experiências de vida. No entanto, não há movimento que busque a troca desses nomes. O que encontramos no caso dos bairros da região norte é uma forte identificação coletiva do complexo de bairros Cinco Conjuntos, que sobressai diante dos nomes individuais de cada bairro. Ou mesmo, nomes populares que substituem, de modo informal o nome dos conjuntos, como por exemplo, o nome do conjunto habitacional Oscavo Gomes dos Santos, que além de não ter sua biografia oficialmente identificada, é popularmente conhecido como conjunto Cafezal.

Ao refletir sobre as cidades, Ítalo Calvino ressalta que “[...] a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente [...]” (CALVINO, 2006, p.23). Entretanto, a cidade não é o sujeito ativo do discurso, ela reflete o imaginário de grupos e é desenhada pelas vontades e disputas pela memória. A partir da reflexão de Pierre George acerca do bairro:

O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. [...] É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não é menos importante, o bairro tem um nome que lhe confere uma personalidade dentro da cidade. (GEORGE, 1983, p. 76).

Assim, a partir da reflexão acerca das nomeações dos conjuntos habitacionais em Londrina, colocamos em perspectiva qual ou quais grupo ou grupos são evidenciados nessa esfera urbana. Foi possível notar que houve uma considerável manobra em exaltar as figuras tecnocratas, políticas que corroboraram com o projeto da “casa própria”, essa por sua vez, inserida em um discurso do progresso e legitimação governista.

Outro fator importante que deve ser destacado é o uso de nomes de mulheres, como, Maria Cecília Serrano de Oliveira e Semíramis de Barros Braga que foram homenageadas, mas vinculadas às figuras públicas masculinas, José Lopes de Oliveira e Ney A. Braga, respectivamente. A análise dos nomes desses conjuntos habitacionais permite compreender o papel de coadjuvante das mulheres, ao serem homenageadas. Bruno Sanches Mariante da Silva, em sua pesquisa acerca das representações de mulheres em nomes de ruas na cidade de Londrina, traz a luz o modo como as mulheres aparecem nas nomeações dos logradouros do município:

Levando em conta que, no conjunto de biografias a serem analisadas, algumas representações sobre as figuras femininas se solidificaram com o tempo, percebemos que certos temas são mais recorrentes. Alguns desses temas, como pioneirismo e imigração, são repetidos em discursos acerca da formação de Londrina e da região norte do Paraná, o que torna as biografias temporal e geograficamente situadas. Outros temas, como religiosidade, casamento, maternidade e atuação profissional, estão comumente presentes em narrativas sobre as vidas de mulheres, em geral, pois são entendidos como constituintes do “ser mulher”. (SILVA, 2013, p. 100).

Conquanto, o debate voltado às mulheres e a memória de logradouros não seja o escopo de nossa análise, é importante ressaltar que o discurso da mulher enquanto mãe, ou filha permaneceram nas homenagens ligadas aos logradouros estudados aqui. Dessa maneira, a criação, bem como a manutenção das representações são meios de perpetuar um discurso forjado pelo grupo que busca se manter no poder, seja o masculino, o militar, o político, econômico, entre outros interesses. A toponímia dos conjuntos habitacionais nos traz a reflexão acerca dos sujeitos homenageados e o modo como esses tais nomes foram alocados como nomes oficiais marcando a memória coletiva em espaços públicos. Le Goff nos auxilia a pensar a memória coletiva dentro do caráter de disputas, mas também evoca a missão daqueles que trabalham com o objetivo de indagar o passado:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. [...] contrapondo-se a um conhecimento privatizado e monopolizado por

grupos precisos em defesa de interesses constituídos. (LE GOFF, 1990, 477).

Ainda que tenhamos analisado uma parcela de conjuntos habitacionais, dentre tanto outros construídos no Brasil, essa pesquisa permitiu que encontremos na moradia popular, proveniente das ações do BNH, uma lógica, não somente da construção civil como estandarte do discurso de legitimação da Ditadura Militar, mas um marco, enquadrado em um tempo que denota a ideologia desse período. A homenagem de sujeitos ligados à estrutura burocrática, tecnocrática da lógica de um governo, criou vazios identitários no que confere aos bairros e aos seus moradores.

Recebido em: 28/08/2018

Aprovado em: 10/09/2018

NOTAS:

¹ Cabe aqui esclarecer que a cidade de Londrina foi palco de uma economia voltada ao cultivo do café, destacando-se como a capital desse do mesmo. Podemos referenciar como produções bibliográficas a respeito desse tema: ADUM, S.M.L. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930 – 1960)*. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, UNESP -Assis – São Paulo, 1997. ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998. IVANO, R. *Crônicas de Fronteira: imagem e imaginário de uma terra conquistada*. 1. Ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

² Os anos que percorreram as décadas de 1960 e 1970 foram de mudanças no quadro do agronegócio paranaense. Em Londrina houve a atuação do Grupo Executivo de Erradicação do Café (GERCA), responsável por diminuir os hectares de plantio do café e incentivando o desenvolvimento de áreas de pastagens, o cultivo da soja, do trigo entre outras culturas polarizadas como arroz, feijão entre outros. Essas informações podem ser consultadas de forma mais aprofundadas em: FRESCA, Tânia Maria. *Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina*. Revista do Departamento de Geociências. Londrina, v. 11, nº 2, Julho-Dezembro, 2002.

³ Antônio Casemiro Belinati, não cumpriu toda sua gestão, pois, precisou se afastar por motivo de desincompatibilização de cargo, de acordo com a lei eleitoral, devido a sua candidatura a deputado estadual.

⁴ Com a abertura política e os realojamentos financeiros, a construção de casas populares se afastou ainda mais dos propósitos sociais, não que durante a vigência do BNH, houvesse exclusividade às camadas de menor poder aquisitivo.

⁵ Compreende-se por Toponímia o ramo da linguística que estuda os nomes dos acidentes geográficos, ou o conjunto que se refere a nomes de lugares batizados de uma dada região.

⁶ Ver mais em: http://www.cohabld.com.br/Conjuntos_Habitacionais.asp >>data de acesso: 17/07/18

⁷ Governou o estado do Paraná entre 1975-1979, foi eleito indiretamente e integrante do partido ARENA.

⁸ O projeto CURA, tinha como objetivo injetar financiamentos, por parte do BNH, nos municípios onde atuava, a proposta tinha o escopo de desenvolver a estrutura dos conjuntos habitacionais, bem como valorizar os espaços para que estes tornassem os imóveis rentáveis, a partir da lógica de especulação imobiliária. O projeto também visava investir em estrutura nas áreas chamadas de “vazios urbanos”, que ficavam entre o centro da cidade e as periferias, com objetivo de acelerar o mercado imobiliário.

⁹ Reportagem de David Elkind, cedida ao Jornal de Londrina “O ilustre desconhecido”, 24/05/2008.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Cláudia Lima Esteves. *Dinâmica Habitacional de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina – os conjuntos habitacionais*. ANO. 01 f 182. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BARROS, José. D’Assunção. *Cidade e história*. 2ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Leach, Edmund ET Alii Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BOLAFFI, Gabriel. *As casas das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1977.

_____. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1ª Edição, 1979.

BOTTI, Pedro Eduardo. Evolução urbana e arquitetônica da Avenida Saul Elkind. IN: Silva, Bruno Sanches Mariante; Moraes, Daniela Reis; Medeiros, Talita Sauer. (Orgs.). *Essa rua tem história*” memórias e sociabilidades da Saul Elkind. Londrina: Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC/LD) – Programa de Incentivo à Cultura (PROMIC/LD), 2013.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi, 2ª Edição. Companhia das Letras, 2006.

FOLHA DE LONDRINA. “884 milhões para onze município do Paraná”. 25/01/1979.

GUDIN, Eugênio. Intelectuais ou homens de Estado?. In: _____. *Reflexões e comentários: 1970-1978*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Eduardo Leitão – Ed. UNICAMP – SP, 1990.

MARTINS, Vitor Hugo Teixeira. *Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR*. 2007. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MENDONÇA, Lycia de. *A política habitacional a partir de 1964*. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3: p.141-161, dez, 1980. p.150.

PACCOLA, Carina. *O discurso de campanha de Antônio Belinati: elementos para uma análise sociológica*. Londrina. *Revista Mediações*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 19-31, jul./dez. 1999.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1988. Série Primeiros Passos.

ROSA, Thaís Troncon. *Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro da periferia*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. *Representações de gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina – PR (1981 -2008)*. 2013. 187f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013. Dissertação de Mestrado.

SCHWACZ, Lilia Moritz. & STARLING, Helena Murgel. *Brasil: uma biografia – 1ª edição*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.